

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ACESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	
	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)	ATA DE REUNIÃO Nº 26/2020
Data: 10.06.2020	Horário: 16h	Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (*Aplicativo Microsoft Teams*):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy (**Membro da COEM**);
3. Juíza Juliana Cardoso Monteiro de Barros (**Membro da COEM**);
4. Juíza Luciana Fiala (**Membro da COEM**);
5. Procuradora Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
6. Procuradora Carla Araújo (**MPRJ**);
7. Defensora Flávia Nascimento (**DPRJ**);
8. Defensora Matilde Alonso (**DPRJ**);
9. Delegada Juliana Amorim (**PCERJ - DGDEAM**);
10. Ten. Cel. Cláudia Moraes (**PMERJ**);
11. Major Samya (**PMERJ**);
12. Dra. Rebeca Servaes (**OAB-RJ Mulher**);
13. Sra. Helena Piragibe (**CEDIM RJ**);
14. Sra. Maria José de Melo (**CEJUVIDA**);
15. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
16. Sra. Rosangela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**).

A **Exma. Juíza Katerine Jatahy, membro da COEM**, abre os trabalhos 16h12min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual através do aplicativo Microsoft *Teams*, e agradece a participação de todas.

Inicia as abordagens desejando boas-vindas a Dra. Rebeca Servaes da OAB Mulher e contextualizando quanto aos objetivos das reuniões semanais da Rede, durante o período da pandemia.

Dra. Rebeca Servaes agradece o convite e discorre sobre a atuação da OAB Mulher no enfrentamento da violência doméstica e familiar, ao longo desse período.

Informa que, diante das dificuldades no atendimento presencial, a OAB também disponibilizou canais para atendimentos e orientações de forma remota.

A **Delegada Juliana Amorim** discorre sobre a implementação do canal 197, o fluxo de atendimento e as ações em andamento para capacitação dos agentes. Ao ensejo, avança a possibilidade de formalizar um protocolo de intenções ou um plano de trabalho entre o TJRJ e a PCERJ, quanto à implantação do 197, justificando que essa formalização facilitará nas articulações internas na PCERJ, perante a alta administração e os chefes de departamentos, nas ações de aprimoramento do canal.

A **Juíza Katerine Jatahy** não se opõe e indaga à Delegada Juliana Amorim se, inicialmente, uma formalização por parte da COEM, via correio eletrônico, para disciplinar o tema, ajudaria no pleito, enquanto o protocolo de intenção estaria sendo providenciado.

Dra. Juliana Amorim responde que seria de grande valia e se compromete a ajudar na coleta das assinaturas, no âmbito da PCERJ, quando o documento do protocolo de intenção estiver redigido.

A **Juíza Katerine Jatahy** informa que apresentará à Des. Suely Magalhães sobre as possibilidades aventadas quanto à formalização inicial feita pela COEM, através do correio eletrônico, para oficializar o fluxo de atendimento do 197. (DELIBERAÇÃO 01)

A **Procuradora Carla Araújo**, compartilha que fez outras tentativas de ligações para o 197 e não logrou êxito no atendimento em nenhuma delas. Informa que há um grande receio de toda a Rede estar divulgando um serviço que não funciona. Reconhece todo o esforço da Delegada no projeto, no entanto, pondera e reforça a importância de ter o canal funcionando efetivamente, uma vez que as campanhas de incentivo à denúncia estão se propagando e a tendência é aumentar o volume de chamadas.

Dito isso, indaga à Delegada Juliana Amorim sobre de que forma a Rede pode contribuir para agilizar o aprimoramento do canal. **Dra. Juliana Amorim** responde que os feedbacks quanto ao funcionamento já é uma grande contribuição para que ela possa reportar aos responsáveis pelo canal e que esse período de transição, proporcionado pelas recentes mudanças de chefias, tem deixado o trâmite de aprimoramento do serviço mais lento, uma vez que os novos chefes precisam se inteirar e entender todo o contexto para dar prosseguimento às ações. A Delegada complementa que é preciso grande sensibilização por parte dos novos chefes, para abraçar a causa.

Diante do exposto, a **Juíza Katerine Jatahy** aventa a possibilidade de agendar uma reunião na próxima semana (data a ser definida) com pauta exclusiva sobre o funcionamento do 197, convidando os responsáveis pelo canal.

Na oportunidade, a **Juíza Adriana Mello** discorre sobre o lançamento da **Campanha "Sinal Vermelho"**, do CNJ e em parceria com a AMB e a ABRAFARMA, ocorrida nesta data, e sobre as reuniões exitosas que ocorreram com a PMERJ e o CRF-RJ para articular as ações de divulgação e a capacitação dos agentes e farmacêuticos. A magistrada reforça a importância de todos fomentarem, em suas respectivas instituições, a participação dos homens nessa luta do enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A **Juíza Juliana Cardoso** corrobora com a importância de incentivar o engajamento dos homens e informa sobre o vídeo gravado e divulgado pela EMERJ, nas redes sociais, com mensagens curtas de alguns magistrados em prol do enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Dra. Rebeca Servaes (OAB MULHER) discorre sobre a boa capilaridade que a OAB possui nos Interiores do Estado e que a instituição está empenhada para contribuir na divulgação da campanha pelas regionais. Quanto ao atendimento do 197, informa que a OAB Mulher também fez alguns testes ligando para o canal e não conseguiu sucesso no atendimento. Algumas vezes pressionava a opção 1 e a ligação retornava para o início. E, nas outras tentativas, a ligação era direcionada para uma Ouvidoria, mas sem completar o atendimento.

Sra. Helena Piragibe (CEDIM RJ) informa que também se empenhará na mobilização em todo o Estado, inclusive no incentivo à participação dos homens, seja na sociedade civil ou no Governo, para abraçarem a campanha do CNJ. Discorre, também, sobre a reunião que o CEDIM-RJ fez com a SES e a DPRJ, onde tomaram conhecimento do núcleo estadual de violência doméstica criado pela SES.

Dito isso, sugere convidar para a próxima reunião da Rede a Coordenadora Estadual da Saúde da Mulher, Sra. Leila Adesse. Sugestão acatada pelas Juízas e demais participantes.

Sra. Rosângela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga) apresenta os números de atendimentos feitos no mês de maio: total de 330 atendimentos, demandados por 12 mulheres atendidas de primeira vez e 121 mulheres já assistidas;

Informa que o número de mulheres cadastradas no CEAM, subiu de 89 para 123, desde janeiro de 2020, e que iniciaram com sucesso o grupo de reflexão e das oficinas de teatro, bem como relata sobre o projeto de oficinas de arte terapias, visando cuidar, também, da

saúde das técnicas que atuam no CEAM. Por fim, compartilha que ainda enfrentam dificuldades de interação com as equipes de saúde mental.

Sra. Cristina Fernandes (CIAM Márcia Lyra) sintetiza que os atendimentos continuam remotos, a maioria através do *sigame* do *Disck Mulher*, embora já esteja de posse do novo número/aparelho funcional. Informa que, também, permanece com dificuldades de interlocução com as equipes de saúde mental para dar apoio às mulheres que precisam de acompanhamento psiquiátrico.

A **Defensora Matilde Alonso** informa que os atendimentos remotos contingenciais do NUDEM permanecem em alta e serão mantidos, pelo menos, até 30 de junho.

A **Defensora Flávia Nascimento** relata que a DPRJ está pronta para receber a demanda proveniente da campanha do CNJ e enfatiza a importância desse trabalho multidisciplinar, com toda a Rede integrada.

Ao ensejo, coloca-se a disposição para contribuir na capacitação, se necessário, e discorre sobre os encontros de reciclagem que ocorrerá com os Defensores populares para falar das novas metodologias de trabalho, frente às necessidades impostas pela pandemia.

A **Juíza Adriana Mello** compartilha, brevemente, sobre o excelente trabalho social da AMAERJ, ajudando na campanha de aquisição das 250 cestas básicas, destinadas às mulheres vítimas mais necessitadas, acompanhadas pela Patrulha Maia da Penha e pelo CEAM Chiquinha Gonzaga.

Na oportunidade, a **Juíza Juliana Cardoso** discorre sobre o tema da disponibilização do Defensor da vítima e indaga à Defensoria sobre qual orientação seguir.

Com a palavra, a **Defensora Flávia Nascimento** esclarece, brevemente, como funciona a dinâmica de representação, principalmente no interior do Estado, nos Juizados Adjuntos, conforme relatado em reunião anterior e nas informações disponibilizadas pela Defensoria, através do mapa de identificação dos Órgãos e Ofício encaminhado para a COEM.

Caberá à COEM divulgar com os magistrados dos JVDFMs o mapa de identificação dos órgãos da Defensoria Pública, disponibilizado no Observatório Judicial. (DELIBERAÇÃO 02)

Após amplo debate sobre a designação dos Defensores, **Dra. Flávia Nascimento** reforça a importância dos magistrados acionarem a COMOV e a Coordenação de Defesa dos Direitos das Mulheres, sempre que houver necessidade, através de Ofício, solicitando informação sobre qual órgão tem atribuição para assistência à vítima, de acordo com o Juizado/região.

Em complemento, reforça que, assim como a defesa do imputado é uma função institucional da Defensoria Pública, a assistência às vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos do **art. 4º, inc. XI da LC nº 80/94, do art. 30, § 1º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e os arts. 27 e 28 da Lei 11.340/06**, também é uma função institucional.

Dando prosseguimento, a **Ten. Cel. Claudia** agradece o apoio da AMAERJ na doação das cestas básicas e informa que, também, recebera da subsecretaria de políticas para as mulheres, 62 cestas a serem distribuídas com as assistidas mais necessitadas.

Em relação à campanha **“Confinamento sem Violência”**, compartilha que a Patrulha já está atuando para que os cartazes, recebidos da COEM, sejam fixados em locais estratégicos, por todas as regiões do Estado. E, quanto à campanha do CNJ, **“Sinal Vermelho”**, reforça que ela e a Major Sâmya estão empenhadas para articular internamente, da melhor forma possível.

Nada mais a tratar, as **Exmas. Juízas Adriana Mello e Katerine Jatahy** agradecem a todas, encerram às 18h30 e designam a próxima para o dia 17 de junho, às 16h30.

(DELIBERAÇÃO 03)

JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO
Membro da COEM

JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD
Membro da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Apresentar à Des. Suely Magalhães sobre as possibilidades aventadas referente à formalização inicial feita pela COEM, através do correio eletrônico, para disciplinar o fluxo de atendimento do 197.	Dra. Katerine Jatahy	-
02	Divulgar com os magistrados dos JVDFMs o mapa de identificação dos órgãos da Defensoria Pública, disponibilizado no Observatório Judicial.	DICOL/COEM	Até 05 Dias
03	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 17 de junho de 2020, às 16h30. Incluir no convite a Coordenadora Estadual da Saúde da Mulher, Sra. Leila Adesse (leila.adesse@gmail.com).	DICOL/COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata
foi assinada em __/__/2020.

Rodrigo O. T. Almeida
Chefe de Serviço do SEATE

